

EKTT 12-A Serviços
de Transmissão de
Energia Elétrica
SPE S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Coronel Silva Telles, nº 977, 10º andar - Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas



demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Demonstrações Financeiras

A EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem qualificações, com data de 26 de abril de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Rodrigues de Oliveira'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

EKTT 12-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017 (nŁo auditado)
Ativos			
Ativo circulante		9.640	3.294
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.149	3.007
Tributos compensŁveis		215	26
Despesas pagas antecipadamente		246	261
Outros ativos circulantes		30	-
Ativo nŁo circulante		38.314	6.511
Tributos compensŁveis			-
DepŁsitos judiciais e cauŁŁes	9	1.492	-
Outros ativos nŁo circulantes		34	-
Imobilizado	6	36.339	6.448
IntangŁvel	6	449	63
Total do ativo		47.954	9.805
Passivo			
Passivo circulante		4.534	2.457
Fornecedores	7	580	-
ObrigaŁŁes sociais e trabalhistas		494	268
ProvisŁo para litŁgios	9	1.489	-
Tributos	8	288	164
Outros passivos circulantes		1.683	2.025
Total do Passivo		4.534	2.457
PatrimŁnio lŁquido			
Capital social	10	43.829	7.443
Lucros ou prejuzos acumulados		(409)	(95)
Total do patrimŁnio lŁquido	18	43.420	7.348
Total do passivo e do patrimŁnio lŁquido		47.954	9.805

As notas explicativas sŁo parte integrante das demonstraŁŁes contŁbeis regulatŁrias.

EKTT 12-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> <u>(não auditado)</u>
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	11	(742)	(232)
Material		(0)	(2)
Pessoal e administradores		(623)	(2)
Serviços de terceiros		(45)	(205)
Depreciação e amortização		(20)	(3)
Outros gastos operacionais		(54)	(20)
Resultado da Atividade		(742)	(232)
Resultado Financeiro	12	427	137
Despesas financeiras		433	138
Receitas financeiras		(6)	(1)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(315)	(95)
Despesa com impostos sobre os lucros			
Prejuízo líquido do exercício		(315)	(95)
Prejuízo por ação			
Básico e diluído lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(0,0072)	(0,0128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EKTT 12-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(315)	(95)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>(315)</u>	<u>(95)</u>
 Prejuízo básico e diluído por ação do capital - R\$:		
Ordinária	(0,0072)	(0,0128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EKTT 12-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Reserva de lucros</u>				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos		
Saldos em 11 de maio de 2017 (não auditado)	-					
Constituição da Companhia e integralização do Capital Social em 11 de maio de 2017	1	-	-	-	-	1
Aumento de Capital Social	7.442					7.442
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(95)	(95)
Destinações:						
Reservas de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	7.443	-	-	-	(95)	7.348
Aumento de capital social	236.897	-	-	-	-	236.897
Capital Social para Integralização	(200.511)	-	-	-	-	(200.511)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(315)	(315)
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	353	-	-	(353)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.580	4.129	(6.709)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	43.829	353	2.580	4.129	(7.472)	43.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

EKTT 12-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos

em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(315)	(95)
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa	20	3
Depreciação	20	3
	<u>(295)</u>	<u>(92)</u>
Redução (aumento) de ativos		
IR e CSLL a Recuperar	(189)	(26)
Depósitos vinculados a litígios	(1.492)	-
Despesas pagas antecipadamente	15	(261)
Outros ativos	(73)	-
	<u>(1.739)</u>	<u>(287)</u>
Aumento (Redução) de passivos		
Encargos setoriais	226	2.026
Fornecedores	580	268
Tributos e contribuição social a recolher, exceto IR e CSLL	132	183
Outros passivos	(342)	(16)
	<u>596</u>	<u>2.461</u>
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.438)	2.082
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(28.407)	(6.452)
Intangível	(399)	(65)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(28.806)	(6.517)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	36.386	7.442
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	36.386	7.442
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.142	3.007
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	3.007	0
No fim do exercício	9.149	3.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EKTT 12-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazos. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a EKTT 12 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. (“EKTT 12 A” ou “Companhia”) está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a EKTT 12 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. (“EKTT 12 A” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

A Companhia possui sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 24 de Abril, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 - Imbirussu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbirussu; Linha de

Transmissão Nova Porto Primavera - Ivinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Ivinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 - Dourados, com extensão de aproximadamente 48,21, km com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 65,515 milhões, o prazo de concessão é de 30 anos.

Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas de ambas empresas, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. até então controladora da EKT 12 A, pela Neoenergia S.A.

3. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 17, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 24 de abril de 2019, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 15.g de estimativa de valor justo.

4. Resumo das principais políticas contábeis

A ANEEL ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao CPC 47/IFRS 15 e ao CPC 48/IFRS 9. Portanto, a adoção antecipada dessas normas não é permitida para fins de Demonstração Contábil Regulatória.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e
- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - a) - mantidos para negociação;
 - b) - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - c) - designado ao VJR.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(i) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

e) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

f) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento

financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.1 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentados no item 4, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social, quando aplicável.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros

fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	6	20
Certificado de depósito bancário - CDB	-	2.987
Fundos de investimento	9.143	-
	9.149	3.007

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	2018	2017 (não auditado)
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI		
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	9.143	-
Total CEC - Fundos Exclusivos	9.143	-

6. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2017 (*)	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017 (*)
Ativo imobilizado em serviço							
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	39	-	39	-	(8)	31	39
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	39	-	39	-	(8)	31	39
Ativo imobilizado em curso							
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.740	7.124	8.868	-	-	8.868	1.740
Terrenos	-	6.070	6.070	-	-	6.070	-
Outros	4.669	21.370	21.370	-	-	21.370	4.669
Subtotal	6.409	34.564	36.309	-	-	36.308	6.409
Total do ativo imobilizado	6.448	34.564	36.348	-	(8)	36.339	6.448

(*) Informação não auditadas pelos auditores independentes

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2017 (*)	Valor bruto em 31/12/2018	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017 (*)
Ativo intangível em serviço					
Transmissão					
Servidões					
Softwares	65	65	(15)	50	63
Subtotal	65	65	(15)	50	63
Ativo intangível em curso					
Transmissão					
Softwares	-	399	-	399	-
Subtotal	-	399	-	399	-
Total do ativo intangível	65	464	(15)	449	63

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Estrutura (Torre)	2,70%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida	3,33%
Chave seccionadora	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do imobilizado em curso é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Total
Terrenos	6.071	6.071
Máquinas e Equipamentos	7.124	7.124
A Ratear	13.413	13.413
Adiantamentos a Fornecedores	7.956	7.956
		-
Total das Adições	34.564	34.564

7. Fornecedores

	2018
Terceiros	580
Total	580

8. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (não auditado)
Imposto de renda - IR	93	74
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	8
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	4	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	60	64
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-	-
Imposto sobre serviços - ISS	-	2
Impostos e contribuições retidos na fonte	80	16
Outros	51	-
	<u>288</u>	<u>164</u>

9. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não é parte de outras ações de natureza trabalhista, cível ou fiscal avaliadas como perda possível.

A movimentação das provisões está detalhada abaixo:

	<u>Cíveis</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	-
Atualização	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	-
Constituição	1.477
Atualização	12
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.489</u>

Cíveis

Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

a) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (não auditado)
Cíveis	1.492	-
Total	<u>1.492</u>	<u>-</u>

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia era composto por 7.443 ações ordinárias, representando R\$7.443.

Em 08 de fevereiro de 2018, a Neoenergia S.A. aprovou aumento de capital no total de R\$37.387, mediante a emissão de 37.387 ações ordinárias, integralizada parcialmente no valor de R\$36.386.

Em AGE realizada em 07 de dezembro de 2018 foi aprovado pela Neoenergia S.A. aumento de capital no total de R\$199.510, mediante a emissão de 199.510 ações ordinárias. O valor de R\$200.511 deverá ser integralizado até 31 de dezembro de 2019.

Desta forma, o capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$43.829, representado por 43.829 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil Ações Ordinárias		
	Lote de mil ações	R\$	%
Neoenergia	43.829	43.829	100,00
Total	43.829	43.829	100,00

a) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	(315)	(95)
Média ponderada das ações emitidas	43.029	7.443
Lucro básico e diluído por ação - R\$	-0,0072	-0,0128

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da companhia, conforme previsto na legislação.

d) Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

11. Custos Gerenciáveis - Parcela "B"

Custos	2018	2017 (não auditado)
Pessoal	(623)	(2)
Material	-	(2)
Serviços de terceiros	(45)	(205)
Depreciação e amortização	(20)	(3)
Outros custos e despesas	(54)	(20)
Total custos	(742)	(232)

12. Resultado financeiro

	2018	2017 (não auditado)
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	449	145
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(16)	(7)
Total	433	138
Despesas financeiras		
IOF	(5)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total	(6)	(1)
Resultado financeiro, líquido	427	137

13. Aplicações em fundo de investimento Itaú Salvador renda fixa

O Fundo Salvador Itaú é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas e tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito da Companhia Neoenergia.

14. Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

15. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão

de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 9.143 em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	580	580	580	-

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (não auditado)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	9.149	3.007
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	-	6.517

f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	9.143	585	(146)	(293)

g) Estimativa a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	2018		2017 (não auditado)	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis				6.517	6.517
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	3			6.517	6.517
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		9.149	9.149	3.007	3.007
Caixa e equivalentes de caixa	2	9.149	9.149	3.007	3.007
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		580	580	-	-
Fornecedores	2	580	580	-	-

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação.

16. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Seguro garantia	02/08/2017 a 08/05/2023	24.362	280

Os seguros de Responsabilidade Civil Geral e Risco Operacional são de responsabilidade dos fornecedores e estão garantidos em cláusulas contratuais.

17. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balancos patrimoniais

Notas	2018			2017 (não auditado)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos						
Ativo circulante						
	9.640	-	9.640	3.294	17	3.311
Caixa e equivalentes de caixa	9.149	-	9.149	3.007	-	3.007
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	215	-	215	26	-	26
Investimentos temporários	-	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	17.1	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	30	-	30	-	17	17
Despesas pagas antecipadamente	246	-	246	261	-	261
Ativo não circulante						
	38.314	13.203	51.517	6.511	107	6.618
Tributos compensáveis	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	1.492	-	1.492	-	-	-
Investimentos temporários	-	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	17.1	49.511	49.511	-	6.517	6.517
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	17.2	34	34	-	-	-
Imobilizado	17.2	31	31	6.448	(6.410)	38
Intangível	17.2	36.757	(36.308)	63	-	63
Total do ativo	47.954	13.203	61.157	9.805	124	9.929
Passivo						
Passivo circulante						
	4.534	1.937	6.471	2.457	20	2.477
Fornecedores	580	-	580	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	494	-	494	268	-	268
Tributos	288	-	288	164	20	184
Provisão para litígios	1.489	-	1.489	-	-	-
Outros passivos circulantes	1.683	1.937	3.620	2.025	-	2.025
Passivo não circulante						
	-	3.794	3.794	-	35	35
Tributos diferidos	-	3.794	3.794	-	35	35
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	17.2	-	-	-	-	-
Total do passivo	4.534	5.731	10.265	2.457	55	2.512
Patrimônio líquido						
	43.829	-	43.829	7.443	-	7.443
Capital social	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes (Reserva de Reavaliação)	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	7.063	7.063	-	-	-
Lucros (prejuízos) Acumulados	(409)	409	-	(95)	69	(26)
Total do patrimônio líquido	43.420	7.472	50.892	7.348	69	7.417
Total do passivo e do patrimônio líquido	47.954	13.203	61.157	9.805	124	9.929

Demonstrações dos resultados

Notas	2018			2017 (não auditado)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso						
	-	41.040	41.040	-	6.517	6.517
Disponibilização do sistema de transmissão	17.3.1 / 17.3.2	41.040	41.040	-	6.517	6.517
Outras receitas vinculadas	-	-	-	-	-	-
Tributos						
PIS-PASEP	-	-	-	-	-	-
Cofins	-	-	-	-	-	-
Receita líquida		41.040	41.040		6.517	6.517
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"						
Resultado antes dos custos gerenciáveis						
	(742)	(31.702)	(32.444)	(232)	(6.413)	(6.645)
Custos gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal	(623)	-	(623)	(2)	-	(2)
Material	(0)	-	-	(2)	-	(2)
Serviços de terceiros	(45)	-	(45)	(205)	-	(205)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	17.2.2	(20)	(20)	(3)	-	(3)
Outros gastos operacionais	17.3.1	(54)	(31.702)	(20)	(6.413)	(6.433)
Resultado da Atividade		(742)	9.338	(232)	104	(128)
Resultado Financeiro						
	427	-	427	137	-	137
Despesas financeiras	433	-	433	138	-	138
Receitas financeiras	(6)	-	(6)	(1)	-	(1)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(315)	9.338	(95)	104	9
Despesa com impostos sobre os lucros			(3.174)		(35)	(35)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17.5	(315)	6.164	(95)	69	(26)
Lucro (prejuízo) por ação						
Lucro (prejuízo) básico e diluído do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-0,0072	0,1335	-0,0128	-0,0035	-0,0035

17.1. Ativos financeiros da concessão

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios referente ao cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

17.2. Imobilizado / Intangível / Obrigações Vinculadas à Concessão

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Os contratos de transmissão determinam quais os serviços e quem serão os usuários (geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores). O concessionário é remunerado através da chamada RAP - Receita anual permitida, que já é definida no contrato, assim o preço não tem relação com a utilização e, sim com a disponibilização da infraestrutura. O modelo a ser utilizado para os contratos de concessão de transmissão nas demonstrações financeiras societárias é o reconhecimento do ativo financeiro, representando um direito incondicional de receber um valor determinável e assegurado, a RAP, remuneração desta já definida no contrato. Um dos pontos essenciais para tal conclusão vem da ausência de risco de demanda. Mesmo os fluxos de caixa vindo dos usuários (TUST) e não do poder concedente, não altera o direito incondicional de receber um valor determinável, o método de pagamento é apenas uma questão de formalidade. O ativo intangível não é reconhecido, pois a concessionária não tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura, e sim, é remunerada pela disponibilização da infraestrutura. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado e intangível foi substituído pelo ativo financeiro.

17.2.1. Reavaliação compulsória

O ativo imobilizado está registrado com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, com vigência para o exercício de 2011, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data base abril de 2015, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial. As aquisições posteriores a data base da reavaliação, estão registradas ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor de recuperação. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. A realização da reserva de da reavaliação regulatória compulsória se dá pela depreciação e/ou baixa dos bens reavaliados.

17.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

17.3. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27, que estabelece os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado.

17.3.1. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado e intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução, quando há, dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

17.3.2. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza a parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

18. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017 (não auditado)
Saldos PL conforme contabilidade societária	50.892	7.417
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(7.472)	(69)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(104)	(104)
Adoção inicial do CPC 47	(1.239)	-
Margem de construção	(9.338)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	3.209	35
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	43.420	7.348

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão. O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixas futuros e taxas efetivas de juros, são revisados anualmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM.

Depreciação - reavaliação regulatória compulsória - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo contabilização de depreciação.

19. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2018	2017 (não auditado)
Lucro líquido societário do exercício	5.849	(26)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(6.164)	(69)
Reversão da atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(104)
Adoção inicial do CPC 47	(9.338)	-
Margem de construção	3.174	35
Lucro líquido (prejuízo) do exercício regulatório	(315)	(95)

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão.

Depreciação / Baixa - reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo depreciação.